

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Construção de Quadra Poliesportiva e Adequações para Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico na E.M. Doutor Cássio Vieira Marques

Informações da unidade requisitante	
UG Requisitante: Secretaria de Educação	Setor Requisitante: SACMRF
Responsável pela demanda: Marcos Paulo Moreira	
Cargo: Gerente	

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL
<p>Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:</p> <p>Os espaços públicos são de extrema relevância pelo seu papel social intrínseco à sua atividade e devem ser espaços humanizados que possibilitem experiências significativas na formação do cidadão. E, um desses espaços públicos é a escola, lugar de extrema importância social e que deve ser referência para aplicação da democracia. A escola deve ter, como uma de suas características, a infraestrutura adequada e que inspire segurança aos administradores educacionais, professores, funcionários, alunos, pais e toda comunidade escolar. Além disso, o espaço físico da escola é um dos elementos que contribui positivamente para o processo de aprendizagem e, por isso, deve ser construído e cuidado a fim de que tal processo se estabeleça.</p> <p>Dentre os vários espaços da escola, trataremos aqui, em especial, da quadra poliesportiva, espaço que é considerado fundamental e propício para que as aulas de Educação Física sejam ministradas com qualidade, podendo trabalhar diversos conteúdos, como: jogos, brincadeiras, danças, esportes, ginásticas, lutas entre outros. A escola que oferece ao aluno uma quadra com infraestrutura adequada revela estar priorizando o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.</p> <p>É relevante mencionar que ter na escola uma quadra para realização das atividades diárias traz diversas vantagens para a qualidade de vida das crianças e adolescentes tais como: ajudar na prevenção da obesidade infantil, incentivar a prática de diversas modalidades esportivas, oportunizar a interação social e as atividades coletivas e ajudar na manutenção da saúde mental das crianças. Por isso, temos várias instituições incentivadoras da promoção de aulas de Educação Física de qualidade nas escolas como o Ministério da Educação e a UNESCO, evidenciando a prática esportiva como fundamental para o desenvolvimento de habilidades essenciais aos cidadãos do século XXI.</p> <p>Acrescentamos ainda que as quadras Poliesportivas são espaços de múltiplas finalidades dentro de uma escola, utilizadas não só para aulas de Educação Física, como também para atividades culturais, festas escolares, apresentações, jogos intercolégiais, reuniões de pais e professores, entre outras. Sendo assim, a Prefeitura de Juiz de Fora, através da Secretaria de Educação, atenta às necessidades dos educandos e aos espaços escolares, e, também, buscando a segurança e bem estar de todos, identificou que a Escola Municipal Doutor Cássio Vieira Marques situada na Rua Amazonas, número 1240 - Vila Montanhosa, Juiz de Fora – MG, CEP 36048-170 não possui uma quadra com a infraestrutura adequada para atender a todas essas demandas.</p> <p>Desse modo, a construção da Quadra Poliesportiva, padrão FNDE, se faz necessária visto que possibilitará que as atividades curriculares das aulas de Educação Física, a realização de jogos e outras ações e atividades culturais coletivas possam acontecer no referido espaço. Além disso, as atividades poderão acontecer de maneira frequente sem serem interrompidas ou canceladas por questões climáticas, principalmente em dias chuvosos ou de muito sol, atendendo, de maneira satisfatória, aos projetos da escola e da Secretaria de Educação da Prefeitura de Juiz de Fora para a rede de ensino municipal.</p>



(Extraído do DFD – Despacho 9- 5.827/2024)

Estimativas das quantidades a serem potencialmente contratadas e requisitos da contratação:

Para a presente necessidade, tem-se o levantamento realizado em processo anterior com a respectiva vistoria realizada no local para assegurar a viabilidade da implantação do padrão indicado pelo FNDE. Portanto, a partir desse estudo realizado anteriormente, foram realizadas análises e projetos arquitetônicos, elétricos, pluviais, sanitários, estruturais e, ainda, de prevenção e combate ao incêndio e pânico, para assegurar a forma mais adequada de execução.

Sendo assim, por se tratar de programa incentivado pelo FNDE e com recurso da Secretaria Estadual de Educação, a pretensa contratação se dará aos moldes do projeto e padrão do FNDE para esta necessidade em tela.

ANÁLISE DE SOLUÇÕES

Levantamento de Mercado:

A referida obra possui como objetivo principal a construção de equipamento público de esporte e lazer para a comunidade discente da E. M. Cássio Vieira Marques no bairro Vila Montanhosa e adjacências, bem como adequá-la para atender ao projeto de prevenção e combate ao incêndio e pânico.

Diante dessa necessidade avaliou-se as seguintes posições:

- 1) Aluguel de um local: Por se tratar de um equipamento para práticas esportivas ao ar livre não é possível o aluguel de área que atenda a necessidade;
- 2) Construção de um equipamento em local distinto: para isso se fazia necessário aquisição de novo terreno, além dos custos da construção do equipamento por completo;
- 3) Construção de uma nova quadra no mesmo local da existente, nas dependências da E. M. Cássio Vieira Marques: Local que possui funcionalidade equivalente à necessidade apresentada, mas que precisaria de uma readequação para atender esta.

Dessa forma, considerando:

- a existência de equipamento público no local destinado à necessidade apresentada;
- a titularidade do município;
- a manutenção já realizada nesse local sendo responsabilidade da Prefeitura de Juiz de Fora;
- a construção de novo local acarretaria em aumento dos custos de manutenção visto que seriam 2 equipamentos públicos;
- o zelo pelo bom uso do recurso público e pelo princípio da economicidade;
- a necessidade de propiciar um ambiente seguro à comunidade escolar no que tange a prevenção e combate ao incêndio e pânico.

Conclui-se que o melhor custo benefício para atendimento da necessidade é a construção de uma nova quadra no mesmo local da existente, com as demais adequações elencadas, em detrimento a construção/aluguel de outro equipamento em local distinto.

Estimativa do valor da contratação:

O valor da solução apresentada é de **R\$1.167.000,00 (um milhão cento e sessenta e sete mil reais)** conforme Orçamento Paramétrico.

Contudo, após levantamento detalhado realizado pela equipe de Elaboração de Projetos e



Orçamentos, integrantes da Secretaria de Obras, chegou-se ao valor da solução de **R\$1.257.999,42 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos)**, conforme Orçamento Referencial.

Já quanto aos custos da obra, o mesmo foi realizado seguindo as orientações da Lei 14.133/2021 e do Decreto no 7.983, de 8 de abril de 2013 que estabelece:

“Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Art. 4º O custo global de referência dos serviços e obras de infraestrutura de transportes será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema de Custos Referenciais de Obras - Sicro, cuja manutenção e divulgação caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes.

Art. 5º O disposto nos arts. 3º e 4º não impede que os órgãos e entidades da administração pública federal desenvolvam novos sistemas de referência de custos, desde que demonstrem sua necessidade por meio de justificativa técnica e os submetam à aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. Os novos sistemas de referência de custos somente serão aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção dos sistemas referidos nos arts. 3º e 4º, incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do Sinapi e Sicro

Art. 6º Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.”

Dessa forma, o Orçamento Referencial, com a última atualização do valor estimado para a contratação que teve como referência o MÊS-BASE de MARÇO/2024 (SINAPI) sem desoneração, para o Estado de Minas Gerais. Para itens que não possuem correspondência na tabela SINAPI, foi utilizado pesquisa de mercado, que inclui a pesquisa no banco de preços no PNCP e fornecedores locais.

Nesse sentido, foram levantadas contratações semelhantes no âmbito da Administração Pública, tendo sido localizado as seguintes contratações:

- Concorrência Eletrônica Nº 001/2024 - Processo Administrativo nº- 017/2024 - Prefeitura do Município de Augusto de Lima - MG;
- Concorrência Eletrônica N.º 001/2024 - Processo Administrativo nº- 061/2024 - Prefeitura do Município de Taiobeiras - MG.

Escolha da solução:



A presente demanda tem por finalidade a contratação de empresa especializada em obras de engenharia, arquitetura e urbanismo, para execução de construção de quadra poliesportiva nas dependências da Escola Municipal Doutor Cássio Vieira Marques, bem como a adequação desta para atender às exigências contidas no projeto de prevenção e combate ao incêndio e pânico. Esta foi definida, pois, foi identificada a ausência para sua utilização principal: a prática de esporte e lazer com a garantia da segurança para a comunidade escolar.

Dos objetivos do projeto, visou-se a construção e adequação, seguindo o padrão de projetos estabelecidos pelo Estado em colaboração com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, através de seu departamento competente, bem como o projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico elaborado por empresa contratada para esta adequação.

Nesse sentido, a escolha da solução foi realizada a partir dos estudos realizados no local, visando a viabilidade da execução dos projetos arquitetônicos e executivos do Governo Estadual.

Benefícios a serem alcançados com a contratação:

- Promoção da prática de esportes na comunidade escolar;
- Criar um ambiente seguro para o desenvolvimento da saúde por meio da prática esportiva para crianças e adolescentes;
- Estímulo à cultura, oferecendo um espaço adequado para exposições artísticas e eventos;
- Ofertar um espaço protegido de ações climáticas intensas, haja vista a desproteção atual deste espaço;
- Demonstração de zelo com o espaço público, moradores e usuários da referida Escola Municipal;
- Atendimento às necessidades de segurança no que diz respeito à prevenção e combate ao incêndio e pânico.

Titularidade

Apresentação da documentação e titularidade da área que sofrerá intervenção:

Após a verificação da matrícula de nº 20187, constante no Livro de nº 2 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Juiz de Fora, foi identificado que trata-se o imóvel de patrimônio do Município.

(Extraído do Despacho 1- 5.827/2024 do Processo Administrativo 5.827/2024).

Para a execução do objeto se faz necessário aprovação de órgãos de Patrimônio Histórico? Quais?

Não é aplicável.

(Extraído do Despacho 1- 5.827/2024 do Processo Administrativo 5.827/2024)

DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Descrição da solução como um todo:

O detalhamento completo da solução utilizada encontra-se nos projetos de engenharia e memorial descritivo que compõem o Projeto Básico.



Contudo, insta mencionar que, dentre os objetivos do projeto, visa-se a construção, seguindo o padrão de projetos estabelecidos pelo Estado em colaboração com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, através de seu departamento competente, bem como o projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico elaborado por empresa contratada para esta adequação.

Nesse sentido, a escolha da solução foi realizada a partir dos estudos realizados no local, visando a viabilidade da execução dos projetos arquitetônicos e executivos do Governo Estadual.

Contratações Correlatas e/ou interdependentes:

Para este objeto não há contratação correlata, que já contempla todo o escopo.

Providências a serem adotadas:

- Aprovação da despesa no Comitê Gestor de Convênios e Contratos;
- Necessidade de fiscalização técnica durante a execução da obra;
- Necessidade de fiscalização administrativa de acordo com a origem dos recursos;
- Envio recorrente de informações para o TCEMG, por meio do SISOP;
- Prestação de contas de acordo com o uso dos recursos.

Licenciamento Ambiental:

O objeto deste ETP não é passível de licenciamento ambiental por não possuir enquadramento na DN COPAM 217/2017, conforme Despacho 17- 5.827/2024.

Ressalta-se ainda que, a devida manifestação dos órgãos ambientais responsáveis deverá ser anexada a este processo antes da emissão da Ordem de Serviço.

Quanto aos possíveis impactos ambientais da intervenção, destacam-se:

- Geração de efluentes líquidos provenientes dos banheiros instalados durante a execução da obra;
- Compactação e impermeabilização de solos afetando diretamente a sua permeabilidade e contribuindo para o aumento do escoamento superficial;
- Aumento no nível de poeira e ruídos nos locais próximos às obras devido à movimentação de maquinários;
- Geração de resíduos sólidos provenientes das atividades executadas pelos trabalhadores durante as obras e pela população durante o uso do espaço após a conclusão da obra.

Orçamentário Financeiro

UG:

131100

Plano de Trabalho:

12.365.0002.1085.0000

Natureza de Despesa:

4.4.90.51

Fonte Orçamentária:

2.5.71.000000 e 2.5.50.000000

Alinhamento entre a contratação e o Planejamento da Administração:

Não há Plano de Contratação Anual, portanto não é aplicável a previsão.

Contudo, informamos que a obra da E. M. Doutor Cássio Vieira Marques será custeada com o valor repassado pelo Estado, proveniente de convênio celebrado com a Secretaria Estadual de Educação.



LICITAÇÃO

Justificativa para o parcelamento, ou não, da contratação:

Em atenção ao art. 40 da Lei 14.133/2021, os parágrafos 1º, 2º e 3º descrevem a possibilidade ou não do parcelamento da contratação.

Neste caso em questão, considerando que o objeto é a construção de uma nova quadra no local da quadra existente da E. M. Cássio Vieira Marques e, ainda, a adequação para cumprimento das necessidades de prevenção e combate ao pânico e incêndio e, que se trata de um contrato por escopo, de uma obra de engenharia, onde uma mesma empresa deverá ser responsável por toda a execução, visto que a mesma necessita assegurar a funcionalidade e a responsabilidade do objeto por completo, não cabendo, neste caso, racionamento de responsabilidade.

Dessa forma, visando manter a garantia do serviço prestado, assegurar a responsabilidade técnica e garantir a maior economicidade verificou-se que o não parcelamento da contratação é a opção mais vantajosa para o município neste certame.

Determinação de itens significativos:

“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual **igual ou superior a 4% (quatro por cento)** do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.”

Em análise a planilha de licitação verifica-se que apenas 5 itens possuem valor individual igual ou superior a 4%:

Descrição	Valor	%
FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA E ENGRADAMENTO METÁLICO, EM AÇO, PARA TELHADO, EXCLUSIVE TELHA, INCLUSIVE FABRICAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ANTICORROSIVO EM SUPERFÍCIE METÁLICA, UMA (1) DEMÃO	R\$ 286.755,28	22,79%
ADMINISTRAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRA (ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES / ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES)	R\$ 83.533,85	6,64%
FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF 06/2017	R\$ 62.615,88	4,98%
COBERTURA EM TELHA METÁLICA GALVANIZADA ONDULADA, TIPO SIMPLES, ESP. 0,50MM, ACABAMENTO NATURAL, INCLUSIVE ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 53.180,02	4,23%
CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAMES, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF 06/2017	R\$ 53.169,25	4,23%



Dessa forma define-se que serão exigidos como requisito os serviços:

- Construção de quadra poliesportiva;
- Construção de telhado em estrutura metálica;
- Execução de Concreto armado bombeado, fck superior a 30 Mpa

Requisitos de habilitação técnica:

A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

2. Qualificação técnica operacional: Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, obras, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente acompanhada da Certidão de Acervo Operacional emitido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA (RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023), relativos aos seguintes serviços:

- Construção de quadra poliesportiva;
- Construção de telhado em estrutura metálica;
- Execução de concreto armado bombeado, fck superior a 30 Mpa.

3. Qualificação Técnico Profissional – Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) ou declaração(ões) de responsabilidade técnica devidamente(s) registrado(s) no CREA ou CAU da região onde as obras foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não o próprio licitante (CNPJ diferente), relativos aos seguintes serviços:

- Construção de quadra poliesportiva;
- Construção de telhado em estrutura metálica;
- Execução de concreto armado bombeado, fck superior a 30 Mpa.

3.1. A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- 3.1.1. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como Contratante;
- 3.1.2. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;
- 3.1.3. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;
- 3.1.4. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional

3.2. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 68 da Lei 14.133/2021.

3.3. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos



serão inabilitados.

3.4. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

3.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação.

6. Declaração de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008.

7. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pela execução das obras, objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo.

8. Comprovante atualizado de registro do profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

9. Declaração de Conhecimento do Local das Obras onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas nesta licitação do presente Edital.

9.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

9.2. Caso seja de interesse do licitante realizar a vistoria prévia no local de execução dos serviços a mesma deverá ser agendada junto à PJF e solicitada através de protocolo da SSLICOM.

9.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria no horário agendado empresa contratada deverá apresentar registro de pessoa jurídica no sistema CONFEA/CREA.

Modalidade de Licitação:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

Diferentemente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a nova Lei de Licitações não atrela a modalidade ao valor estimado da contratação. Portanto, faz-se necessária a análise das características de cada modalidade indicada.

Observando os Artigos 29, 30, 31 e 32 da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a única modalidade que se encaixa no objeto a ser contratado é a **Concorrência Eletrônica**, pois as demais modalidades não podem ser utilizadas ou não se aplicam para a execução de obra de engenharia com as características da obra de construção de nova quadra no mesmo local da quadra já existente da E.M Cássio Vieira Marques.

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei ,adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de



engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. 5.4.4.”

Esta alternativa mostra-se viável do ponto de vista técnico e gerencial do contrato, além de ser a solução que melhor atende aos interesses da Administração.

Regime de Execução:

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário:

II - empreitada por preço global;

III - empreitada integral;

IV - contratação por tarefa;

V - contratação integrada;

VI - contratação semi-integrada;

VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

Considerando que, a definição da escolha do tipo de empreitada está diretamente relacionada à capacidade da Administração em definir, com precisão, a dimensão do objeto da contratação, visto que a mesma pode impactar diretamente a execução e, ainda, a natureza da obra, que trata-se de construção, que por si só já agrega um grau de incerteza maior, visto que pode-se, durante a execução, deparar com serviços não passíveis de serem previstos na fase de projeto.

Nesse sentido, sabendo que o Preço Unitário permite a administração estimar um padrão de medida para cada item, com quantidade limitada e valor certo estabelecidos em contrato, entende-se que, para fins de aferição do valor a ser pago, será considerada a medição verificada e aprovada do serviço executado pela contratada.

Conclui-se, portanto, que, para esta obra o regime de execução mais vantajoso para a administração pública é o de **empreitada por preço unitário.**

Do critério de Julgamento:

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

Tendo em vista a modalidade de Concorrência Eletrônica, bem como o caráter do objeto licitado, será adotado o critério de julgamento como **maior desconto.**

Do modo de disputa:

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.



§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.

§ 3º Serão considerados intermediários os lances:

I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;

II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

§ 4º Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

§ 5º Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

Haja vista a adoção da Concorrência Eletrônica, bem como o caráter de maior desconto, será adotado o modo de **disputa aberto**, a fim de viabilizar a possibilidade de disputa entre as sociedades empresárias.

Da Participação de consórcios

Será permitida a participação de consórcio seguindo as determinações dos artigos 15 e 67 da Lei 14.133/2021.

Indicação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento da licitação

Secretaria de Obras:

Titular: Bruna Ferreira da Rocha

Suplente: Juliana Guarinello dos Santos

No caso de necessidade de instituição de comissão de contratação, conforme Art. 7º da Lei 14133/21, a mesma deverá ser composta (de forma técnica) pelos 2 membros indicados da Secretaria de Obras e pelo titular da Secretaria demandante.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após a estrita análise das hipóteses e posterior solução elencada neste Estudo, esta alternativa mostra-se viável do ponto de vista técnico e gerencial do contrato, além de ser a solução que melhor atende aos interesses da Administração.

Responsáveis:

SECRETARIA DE OBRAS



Profissional responsável pela consolidação e formatação do ETP:

Nome: Bruno Neves Matos

Cargo: Assessor

Aprovação do ETP:

Superior Imediato SO: (Gerente / Subsecretário)

Nome: Juliana Guarinello dos Santos

Cargo: Subsecretária de Gestão de Obras Públicas

Aprovação do ETP:

Secretaria Demandante: (Gerente / Subsecretário)

Nome: Ana Cecília Dalmeida Francisquini

Cargo: Subsecretária de Gestão Organizacional